



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, fevereiro/2009

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lígia Helena da Cruz Ourives

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 1, janeiro 2009. 29 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2009 foi superavitário em R\$ 4,3 bilhões, contra R\$ 15,4 bilhões em janeiro de 2008. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 10,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 6,3 bilhões e R\$ 23,6 milhões, respectivamente. A evolução do resultado do Governo Central comparativamente ao mesmo período do ano anterior foi influenciada por fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios.

O resultado primário do Governo Central em janeiro de 2009 foi superavitário em R\$ 4,3 bilhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2008-2009

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões		
	DEZ 2008	JANEIRO 2008	2009
I. RECEITA TOTAL	69.330,2	64.569,1	62.843,4
I.1. Receitas do Tesouro	46.151,5	53.226,3	50.690,2
I.1.1. Receita Bruta (1)	47.252,5	53.477,4	50.866,3
I.1.2. (-) Restituições	-1.099,9	-251,0	-176,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-1,1	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	22.964,2	11.206,9	12.031,8
I.3. Receitas do Banco Central	214,6	135,8	121,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.515,9	10.217,4	10.457,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	54.814,3	54.351,6	52.386,2
IV. DESPESA TOTAL	60.593,3	38.989,1	48.134,7
IV.1. Despesas do Tesouro	39.093,6	22.494,7	29.620,1
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	15.859,9	12.570,9	16.495,0
IV.1.2. Custeio e Capital	23.087,8	9.900,3	13.070,9
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.708,8	1.107,5	1.465,5
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	1.204,3	436,0	801,8
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.392,1	1.194,3	1.386,5
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	18.782,6	7.162,5	9.417,2
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	13.467,1	5.900,3	7.923,4
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	5.315,5	1.262,3	1.493,8
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	145,9	23,5	54,2
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	21.226,7	16.295,8	18.369,5
IV.3. Despesas do Banco Central	273,0	198,6	145,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (3)	14.244,0	-	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-20.023,0	15.362,5	4.251,5
VI.1. Tesouro Nacional	-21.702,1	20.514,2	10.612,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (4)	1.737,5	-5.088,9	-6.337,7
V.3. Banco Central (5)	-58,4	-62,7	-23,6
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB		6,75%	1,75%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(4) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

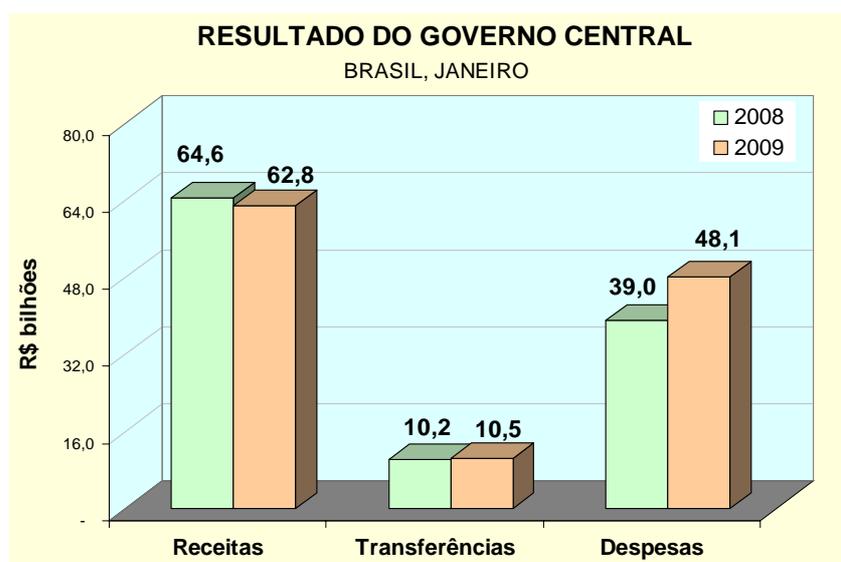
(5) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2009/2008	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	-2,67%
Tesouro	-4,76%
Previdência	7,36%
Transferências	2,35%
Receita Líquida	-3,62%
Despesas	23,46%
Benefícios	12,73%
Pessoal	31,22%
Custeio e Capital	32,03%
FAT	32,33%
Subsídios	83,92%
LOAS/RMV	16,09%
Outras	31,48%
Custeio	34,29%
Capital	18,34%
PIB estimado	6,56%

A evolução das receitas do Governo Central em 2009 decorreu, sobretudo, do comportamento da economia no final de 2008, comparativamente ao mesmo período de 2007, e dos incentivos tributários implementados no início deste ano.

Relativamente à receita bruta do Governo Central, houve redução de R\$ 2,6 bilhões (4,9%), quando comparada a janeiro de 2008, passando de R\$ 53,5 bilhões para R\$ 50,9 bilhões. Tal evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) forte antecipação de recolhimento, em janeiro de 2008, de ajuste de IRPJ e CSLL relativo ao ano de 2007, refletindo os lucros obtidos naquele ano; ii) redução de 14,5% na produção industrial de dezembro 2008 comparativamente a dezembro de 2007, o que impacta a arrecadação do IPI; iii) compensação, em janeiro deste ano, de débitos de Cofins e PIS/Pasep no valor de R\$ 811,0 milhões, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; iv) alteração da tabela de incidência do IPI – Automóveis para os fatos geradores de janeiro a março de 2009, e criação de mecanismo que permitiu que a nova tabela fosse aplicada também ao estoque de veículos ainda não negociados até 12 de dezembro de 2008 (Decreto nº 6.687/2008); v) prorrogação, para fevereiro de 2009, do prazo de pagamento do Simples – Nacional para fatos geradores com competência de dezembro de 2008 (Resolução CGSN nº 49/2008). Além disso, a arrecadação do IRRF – Rendimentos do Trabalho cresceu R\$ 1,4 bilhão (30,3%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único).

As demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentaram decréscimo de R\$ 1,0 bilhão (14,5%) em relação a janeiro de 2008 decorrente dos seguintes fatores: i) redução de R\$ 700,1 milhões na arrecadação de dividendos; e ii) redução de R\$ 625,1 milhões nas receitas de cota parte de compensações financeiras.



As transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo de 2,3% (R\$ 239,8 milhões) em termos nominais. A elevação de R\$ 406,5 milhões nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) foi parcialmente compensada pela redução de R\$ 197,7 milhões nas transferências da CIDE-Combustíveis.

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 31,7% em termos nominais relativamente às verificadas em janeiro de 2008, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 1,9 bilhão no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) maior dinâmica das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 2,7 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde superior em R\$ 1,7 bilhão ao realizado em janeiro de 2008. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 579,1 milhões (83,9%).

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 24,5% (R\$ 1,2 bilhão) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R\$ 5,1 bilhões para R\$ 6,3 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 824,9 milhões (7,4%), especialmente devido às contribuições previdenciárias, que passaram de R\$ 12,2 bilhões para R\$ 13,8 bilhões (elevação de 12,4%), na esteira da elevação da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada em dezembro de 2008 foi 21,2% superior à verificada em dezembro de 2007. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 2,1 bilhões (12,7%) em decorrência do aumento de 8,8% no valor médio benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação, em janeiro de 2009, relativamente a janeiro de 2008, de R\$ 616,3 milhões no pagamento com precatórios judiciais de benefícios previdenciários.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 50,9 bilhões em janeiro contra R\$ 47,3 bilhões verificados em dezembro de 2008 (crescimento de 7,6%). Este comportamento é explicado pela elevação de R\$ 1,8 bilhão nas contribuições, de R\$ 1,4 bilhão nas receitas de impostos federais e de R\$ 447,4 milhões nas demais receitas.

As receitas de impostos e contribuições federais totalizaram R\$ 44,9 bilhões este mês, apresentando crescimento de 7,6% em relação ao valor apurado em dezembro (R\$ 41,7 bilhões). Esta evolução reflete: i) o incremento de

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2008 decorreu, sobretudo, do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal e da dinâmica das despesas discricionárias.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JANEIRO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	11.206,9	12.031,8	7,4%
Benefícios	16.295,8	18.369,5	12,7%
Res. Primário	-5.088,9	-6.337,7	24,5%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2008-2009 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/08	JAN/09
Impostos	25.110,1	26.486,0
Imposto de Renda	18.479,5	21.053,1
IPI	3.120,9	2.484,1
Outros	3.509,7	2.948,8
Contribuições	16.588,0	18.378,6
Cofins	9.648,6	9.083,7
CPMF	9,2	13,6
CSLL	2.871,7	5.103,0
Cide - Combustíveis	363,7	28,0
Outras	3.694,8	4.150,3
Demais	5.554,3	6.001,7
Cota parte	889,9	2.595,3
Diretamente Arrecadada	1.868,7	2.073,1
Dividendos da União	2,5	61,9
Concessões	1.343,5	214,7
Outras	1.449,7	1.056,8
Total Bruto	47.252,5	50.866,3

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

R\$ 4,9 bilhões no IR – Pessoa Jurídica e de R\$ 2,2 bilhões da CSLL, em função do pagamento, no mês de janeiro, da 1ª cota ou cota única relativa ao resultado apurado no último trimestre de 2008, além da antecipação do recolhimento do item Declaração de Ajuste referente ao lucro obtido no exercício anterior; e ii) o decréscimo de R\$ 2,3 bilhões do IRRF – Rendimentos de Capital, em função da apuração semestral do tributo sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos, com recolhimento realizado no mês de dezembro de 2008 (Lei nº 10.892/2004).

As demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, totalizaram R\$ 6,0 bilhões em janeiro contra R\$ 5,6 bilhões registrados em dezembro de 2008, apresentando uma elevação de R\$ 447,4 milhões (8,1%). Tal desempenho advém do crescimento de R\$ 1,7 bilhão na cota-parte das compensações financeiras, em função do pagamento trimestral, em janeiro, de *royalties* relativos à exploração de petróleo e gás natural e da queda de R\$ 1,1 bilhão na receita de concessões, devido ao recebimento de R\$ 1,2 bilhão em dezembro de 2008 de valores provenientes da alienação de licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, sem contrapartida em janeiro.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 21,0% do PIB em janeiro de 2009, dos quais 11,0% correspondem à arrecadação de impostos, 7,6% a contribuições e 2,5% relativos às demais receitas.

Comparada a janeiro de 2008, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo nominal de R\$ 2,6 bilhões (4,9%), passando de R\$ 53,5 bilhões para R\$ 50,9 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores sazonais, bem como da prorrogação do pagamento do Simples-Nacional, da competência dezembro/2008 para fevereiro/2009 (Resolução CGSN nº 49/2008).

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- queda de R\$ 1,9 bilhão (16,9%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 185,7 milhões (3,5%) na arrecadação de CSLL, refletindo a elevada antecipação, em janeiro de 2008, do recolhimento do ajuste relativo ao ano de 2007, devido por contribuintes tributados com base no lucro real;
- decréscimo de R\$ 1,0 bilhão (10,1%) na Cofins e de R\$ 107,2 milhões (4,1%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 811 milhões, realizado por empresa do se-

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JANEIRO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	25.502,7	26.486,0
Imposto de Renda	20.082,0	21.053,1
IPI	2.995,3	2.484,1
Outros	2.425,4	2.948,8
Contribuições	20.957,3	18.378,6
Cofins	10.105,9	9.083,7
CPMF	874,6	13,6
CSLL	5.288,7	5.103,0
Cide - Combustíveis	663,0	28,0
Outras	4.025,1	4.150,3
Demais	7.017,3	6.001,7
Cota parte	3.220,4	2.595,3
Diretamente Arrecadada	1.974,3	2.073,1
Dividendos da União	762,1	61,9
Concessões	192,9	214,7
Outras	867,6	1.056,8
Total Bruto	53.477,4	50.866,3

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

- tor de combustíveis; e ii) as desonerações promovidas por meio das Leis nº 11.774 e nº 11.787 e pela Medida Provisória nº 451, todas de 2008;
- c) redução de R\$ 635,0 milhões na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensação em janeiro de 2009, no valor de R\$ 365 milhões;
- d) decréscimo de R\$ 511,2 milhões (17,1%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a março de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12/12/2008, conforme Decreto nº 6.687/2008; e ii) IPI – Outros, decorrente da queda de 14,5% na produção industrial de dezembro de 2008 em relação a dezembro de 2007 (Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física / IBGE), com impacto na arrecadação de janeiro de 2009 e de arrecadação atípica, no montante de R\$ 84,7 milhões, em janeiro de 2008, relativa a auto de infração e respectivos acréscimos legais, em virtude de compensação indevida de créditos por empresa do setor automobilístico;
- e) elevação de R\$ 2,9 bilhões (36,1%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de 30,3% no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento de 21,2% da massa salarial no período de dezembro de 2007 a dezembro de 2008, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 (cujos fatos geradores são o 2º e o 3º decêndios de dezembro de 2007) e de janeiro de 2009 (cujos fatos geradores correspondem a todo o mês de dezembro de 2008), em conformidade com a regra de transição constante na Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único); ii) ao incremento de R\$ 827,1 milhões (42,6%) no IRRF – Rendimentos do Capital, com destaque para os itens juros de capital próprio e operações de swap; e ao aumento de R\$ 537,2 milhões (49,9%) do IRRF – Remessas ao Exterior, principalmente devido aos itens relativos a juros sobre capital próprio e ao rendimento do trabalho de residentes ou domiciliados no exterior;
- f) aumento de R\$ 329,6 milhões (28,4%) na arrecadação do IOF, devido a alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nº 6.339 e nº 6.345, de 2008. Cumpre salientar que contribuiu significativamente para esse resultado o crescimento do volume das operações de crédito das pessoas físicas e jurídicas, na comparação de dezembro de 2008 com dezembro de 2007;

- g) elevação de R\$ 200,2 milhões (16,0%) no imposto de importação, decorrente da redução de 22,2% no valor em dólar das importações tributadas e da elevação de 17,0% na alíquota média do imposto e de 30,0% na taxa média de câmbio; e
- h) redução de R\$ 861,0 milhões na arrecadação da CPMF, em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JANEIRO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	7.017,3	6.001,7
Cota parte	3.220,4	2.595,3
Plano do Servidor (CPSS)	538,2	715,0
Diretamente Arrecadada	1.974,3	2.073,1
Dividendos da União	762,1	61,9
Concessões	192,9	214,7
Outras	329,4	341,8

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou decréscimo de R\$ 1,0 bilhão (14,5%) em relação a janeiro de 2008, decorrente da diminuição da arrecadação de dividendos em R\$ 700,1 milhões e de R\$ 625,1 milhões nas receitas de cota parte de compensações financeiras, parcialmente compensadas pelo incremento de R\$ 176,9 milhões na arrecadação da CPSS.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008-2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/08	JAN/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	11.592,0	8.888,8
CIDE-Combustíveis	-	273,9
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	1.329,7	162,5
Demais	1.594,2	1.132,0
Total	14.515,9	10.457,2

¹ Inclui auxílio financeiro

Em janeiro, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 10,5 bilhões, contra R\$ 14,5 bilhões em dezembro de 2008, apresentando redução de R\$ 4,1 bilhões. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 8,9 bilhões, com decréscimo de R\$ 2,7 bilhões (23,3%) frente a dezembro de 2008, reflexo: i) do repasse de R\$ 2,2 bilhões a título de adicional de 1% ao FPM, entregue no 1º decêndio do mês de dezembro de cada ano, conforme EC nº 55/2007; e ii) do repasse atípico de R\$ 738,2 milhões em dezembro de 2008 em decorrência da conclusão do processo de classificação dos valores arrecadados a título de depósitos judiciais de Dívida Ativa no período de dezembro de 1998 a junho de 2008. Por outro lado, as transferências referentes à CIDE – Combustíveis totalizaram R\$ 273,9 milhões, sem contrapartida no mês anterior.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2008-2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Dez/08	Jan/09
Terceiro Decêndio	8.202,3	9.221,2
Primeiro Decêndio	5.861,5	3.748,0
Segundo Decêndio	5.339,4	6.620,0
Total	19.403,3	19.589,2

Em relação a janeiro de 2008, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 239,8 milhões (2,3%), elevando-se de R\$ 10,2 bilhões em 2008 para R\$ 10,5 bilhões em 2009. Tal desempenho é explicado pela elevação de R\$ 406,5 milhões (4,8%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em dezembro de 2008 comparativamente a dezembro de 2007, e pela elevação de R\$ 147,3 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, parcialmente compensadas pela redução de R\$ 197,7 milhões nas transferências da CIDE – Combustíveis e de R\$ 158,7 milhões das transferências do Fundeb.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JANEIRO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.482,3	8.888,8
CIDE - Combustíveis	471,6	273,9
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	15,2	162,5
Demais	1.248,3	1.132,0
Total	10.217,4	10.457,2

¹ Inclui auxílio financeiro

Em janeiro de 2009, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 29,6 bilhões contra R\$ 39,1 bilhões no mês de dezembro de 2008. A redução de R\$ 9,5 bilhões (24,2%) está concentrada basicamente nos gastos de custeio e capital, que registraram queda de R\$ 10,0 bilhões (43,4%), em relação ao mês anterior. As despesas de pessoal e encargos sociais, por sua vez, aumentaram de R\$ 635,1 milhões (4,0%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 15,9 bilhões em dezembro para R\$ 16,5 bilhões em janeiro.

No caso dos gastos com custeio e capital, a redução de R\$ 10,0 bilhões (43,4%) decorreu principalmente do decréscimo nas outras despesas de custeio e capital, que perfizeram R\$ 9,4 bilhões frente ao dispêndio de R\$ 18,8 bilhões no mês anterior, variação de R\$ 9,4 bilhões (49,9%) no mês. Além disso, houve diminuição nas despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, que totalizaram em janeiro R\$ 801,8 milhões frente a R\$ 1,2 bilhão em dezembro de 2008, o que equivale à redução de R\$ 402,5 milhões (33,4%).

As despesas relativas ao seguro-desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 1,5 bilhão no mês contra R\$ 1,7 bilhão em dezembro de 2008, registrando decréscimo de R\$ 243,3 milhões (14,2%). Os gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) totalizaram R\$ 1,4 bilhão em janeiro, mantendo-se, portanto, no mesmo patamar do mês anterior.

Nos gastos com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos, a variação está essencialmente associada à queda nas despesas do Fundo da Terra/INCRA em R\$ 236,3 milhões (101,4%); de Reordenamento de Passivos e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), cujos gastos totalizaram R\$ 201,2 milhões e R\$ 187,4 milhões, respectivamente, em dezembro de 2008, sem contrapartida no mês de janeiro de 2009. Por outro lado, houve crescimento nas despesas do Programa de Custeio Agrícola (R\$ 102,4 milhões), do Programa de Aquisição do Governo Federal (R\$ 64,7 milhões) e do Programa de Sustentação de Preços (R\$ 57,5 milhões).

Quanto às outras despesas de custeio e capital, cuja diminuição em relação ao mês anterior alcançou R\$ 9,4 bilhões (49,9%), destacam-se as reduções nos gastos com o Projeto Piloto de Investimento, de R\$ 1,1 bilhão (79,9%); com créditos extraordinários, de R\$ 911,6 milhões (89,1%); e com as despesas discricionárias, de R\$ 7,7 bilhões (52,1%). Por outro lado, as despesas com sentenças judiciais passaram de R\$ 21,2 milhões em dezembro de 2008 para R\$ 1,5 bilhão em janeiro de 2009.

Em relação às despesas discricionárias, houve redução de R\$ 7,7 bilhões, sendo que as principais variações ficaram por conta dos Ministérios da Saúde

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/08	JAN/09
Pessoal e Encargos	15.859,9	16.495,0
Custeio e Capital	23.087,8	13.070,9
Despesas do FAT	1.708,8	1.465,5
Subsídios e Subvenções ¹	1.204,3	801,8
LOAS/RMV	1392,1	1386,5
Outras	18.782,6	9.417,2
Transferência ao Bacen	145,9	54,2

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	DEZ/08	JAN/09
Agricultura	692,9	611,0
Custeio Agropecuário	3,1	105,4
Investimento Rural	0,1	15,9
Preços Agrícolas	125,1	249,5
- EGF	0,1	2,3
- AGF	76,0	140,7
- Sustent. de preços	49,0	106,5
Pronaf	140,5	222,8
Pesa	187,4	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	233,0	-3,3
FUNCAFÉ	3,7	20,7
Outros	-21,3	73,0
Habitação (PSH)	48,7	0,0
FND	-19,5	-16,9
Exportação (Proex)	-50,5	89,9
Total	671,6	684,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008-2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	DEZ/08	JAN/09
Sentenças Judiciais	21,2	1.480,6
Legislativo/Judiciário	664,3	400,8
Crédito Extraordinário ¹	1.023,1	111,5
Projeto Piloto de Investimento ²	1.418,0	285,2
Outras ³	880,0	54,7
Discricionárias	14.776,0	7.084,4
d/q Min. da Saúde	5.203,6	3.353,5
Min. do Des. Social	1.391,2	993,5
Min. da Educação	1.526,2	695,6
Min. da Defesa	1.806,1	289,2
Min. da Ciência e Tec.	942,5	181,6
Min. do Des. Agrário	295,4	105,7
Min. da Justiça	730,8	153,8
Min. da Previdência	231,3	64,6
Min. das Cidades	356,4	36,6
Demais	2.292,5	1.210,3
Total	18.782,6	9.417,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3o da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

(R\$ 1,8 bilhão), Defesa (R\$ 1,5 bilhão), Educação (R\$ 830,6 milhões) e Ciência e Tecnologia (R\$ 760,9 milhões), em função da sazonalidade dos gastos, com maior concentração de execução financeira ao final do exercício de 2008.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JANEIRO (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	9,89%	12,22%
Pessoal e Encargos	5,53%	6,80%
Custeio e Capital	4,35%	5,39%
Despesas do FAT	0,49%	0,60%
Subsídios e Subvenções ¹	0,19%	0,33%
LOAS/RMV	0,52%	0,57%
Outras	3,15%	3,88%
Transferência ao Bacen	0,01%	0,02%

Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JANEIRO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2008	2009
Agricultura	414,3	611,0
Custeio Agropecuário	47,0	105,4
Investimento Rural	19,5	15,9
Preços Agrícolas	54,8	249,5
- EGF	1,2	2,3
- AGF	-66,4	140,7
- Sustent. de preços	120,0	106,5
Pronaf	224,2	222,8
Pesa	14,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	50,6	-3,3
FUNCAFÉ	4,1	20,7
Outros	-183,1	73,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-50,2	-16,9
Exportação (Proex)	-132,9	89,9
Total	231,2	684,0

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPEAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JANEIRO (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.324,1	1.480,6
Legislativo/Judiciário	393,6	400,8
Crédito Extraordinário ¹	690,6	111,5
Projeto Piloto de Investimento ²	230,6	285,2
Outras ³	91,7	54,7
Discricionárias	4.431,9	7.084,4
d/q Min. da Saúde	1.628,3	3.353,5
Min. do Des. Social	855,1	993,5
Min. da Educação	764,2	695,6
Min. da Defesa	110,3	289,2
Min. da Ciência e Tec.	86,6	181,6
Min. do Des. Agrário	127,9	105,7
Min. da Previdência	34,0	64,6
Min. da Justiça	45,0	153,8
Min. dos Transportes	100,5	171,1
Demais	680,1	1.075,8
Total	7.162,5	9.417,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.768, de 14/08/08 (LDO-2009).
³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 7,1 bilhões (31,7%) em relação a janeiro de 2008. Destacam-se os incrementos de R\$ 3,9 bilhões (31,2%) nas despesas de pessoal e encargos sociais, e R\$ 3,2 bilhões (32,0%) nos gastos com custeio e capital.

Nos dispêndios de pessoal e encargos sociais em janeiro de 2009 estão incluídos R\$ 3,8 bilhões de precatórios e sentenças judiciais. Excluindo-se o efeito de sentenças e precatórios, os gastos de pessoal e encargos sociais apresentaram incremento de R\$ 2,1 bilhões (17,0%).

Nos gastos de custeio e de capital, o crescimento decorreu do maior dispêndio nas despesas do FAT, que registraram aumento de R\$ 358,0 milhões; nas despesas com benefícios assistenciais, com crescimento de R\$ 192,2 milhões; e nas outras despesas de custeio e capital, que passaram de R\$ 7,2 bilhões em 2008 para R\$ 9,4 bilhões em 2009, variação de R\$ 2,2 bilhões (31,5%).

Em relação a janeiro de 2008, as despesas do FAT passaram de 0,49 p.p. do PIB para 0,60 p.p., crescimento de 0,12 p.p. Este aumento decorreu de maior dispêndio com bolsa de qualificação profissional e da liberação de pagamentos do seguro-desemprego em cinco lotes em janeiro de 2009 contra os usuais quatro lotes em janeiro de 2008.

Nas outras despesas de custeio e capital, os aumentos se verificaram nos gastos com sentenças judiciais, que totalizaram R\$ 1,5 bilhão contra R\$ 1,3 bilhão no mesmo período do ano anterior, e nas despesas discricionárias, que registraram aumento de R\$ 2,7 bilhões. Por outro lado, houve redução de despesas com créditos extraordinários no montante de R\$ 579,1 milhões. Em relação às despesas discricionárias, destacaram-se o aumento dos gastos dos Ministérios da Saúde (R\$ 1,7 bilhão), Defesa (R\$ 178,9 milhões), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 138,4 milhões) e Justiça (R\$ 108,9 milhões).

No caso dos investimentos realizados no âmbito do Governo Federal (Tabela A8), a execução passou de R\$ 1,3 bilhão em 2008 para R\$ 1,5 bilhão em 2009, registrando aumento de R\$ 231,6 milhões. Destacam-se nesses dispêndios os Ministérios dos Transportes (R\$ 186,0 milhões), Ciência e Tecnologia (R\$ 40,2 milhões), Defesa (R\$ 33,5 milhões) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 29,7 milhões), bem como a Justiça Federal (R\$ 62,9 milhões). Por sua vez, a

execução financeira do PPI foi de R\$ 285,2 milhões em janeiro de 2009 contra R\$ 230,6 milhões em janeiro de 2008, ou seja, crescimento de 23,6% em relação a janeiro do ano anterior.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 192,2 milhões (16,1%) em relação a 2008. Esta variação pode ser explicada pelo reajuste do salário mínimo e também pela quantidade de benefícios pagos que aumentaram 9% em relação a 2008. Do total de benefícios pagos, 1,4 milhão refere-se a benefícios a idosos, com variação positiva de 10% e, 1,5 milhão, a portadores de necessidades especiais, ou seja, aumento de 9% em relação à média do ano anterior.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2008-2009						
	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan/01	1.220.788	-	408.697	-	812.091	-
média jan/02	1.351.660	11%	478.651	17%	873.009	8%
média jan/03	1.570.534	16%	590.168	23%	980.366	12%
média jan/04	1.710.521	9%	671.477	14%	1.039.044	6%
média jan/05	2.076.789	21%	943.162	40%	1.133.627	9%
média jan/06	2.297.843	11%	1.076.416	14%	1.221.427	8%
média jan/07	2.489.025	8%	1.190.487	11%	1.298.538	6%
média jan/08	2.700.283	8%	1.305.082	10%	1.395.201	7%
média jan/09	2.952.721	9%	1.432.494	10%	1.520.227	9%

O montante pago de restos a pagar – RP (Decreto de Programação Financeira) correspondeu a R\$ 3,5 bilhões, equivalentes a 7,7% do total de RP inscritos líquidos (menos cancelamentos), aumento de 33,7% em relação ao observado no mesmo período do ano anterior. Deste total, R\$ 2,6 bilhões referem-se às despesas de custeio e R\$ 936,3 milhões, às despesas de investimentos e inversões financeiras, que se concentraram principalmente nos Ministérios dos Transportes (R\$ 328,9 milhões), Defesa (R\$ 107,4 milhões) e Cidades (R\$ 105,4 milhões).



Em janeiro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 6,3 bilhões, contra superávit de R\$ 1,7 bilhão em dezembro de 2008. Isso se deve, essencialmente, à redução sazonal da arrecadação das contribuições previdenciárias, uma vez que o recolhimento das contribuições referentes às gratificações natalinas é realizado integralmente no mês de dezembro. Em relação

Previdência Social

a janeiro de 2008, observou-se incremento do déficit no montante de R\$ 1,2 bilhão (24,5%).

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	DEZ	JANEIRO	
	2008	2008	2009
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	22.964,2	11.206,9	12.031,8
Arrecadação Bruta	24.521,7	13.360,4	14.463,8
- Contribuição Previdenciária	23.139,5	12.238,4	13.759,5
- Simples	968,6	951,0	541,6
- CFT	222,9	91,0	45,2
- Depósitos Judiciais	169,6	59,1	91,4
- Refis	21,2	20,9	26,2
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-116,1	-5,2	-13,0
(-) Transferências a Terceiros	-1.441,5	-2.148,3	-2.419,0
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	21.226,7	16.295,8	18.369,5
III. RESULTADO PRIMÁRIO	1.737,5	-5.088,9	-6.337,7
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB		-2,24%	-2,61%

Em janeiro de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 6,3 bilhões, equivalentes a 2,61% do PIB estimado para o período.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 12,0 bilhões em janeiro, representando diminuição de R\$ 10,9 bilhões (47,6%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. As principais razões foram: i) o já mencionado efeito sazonal sobre as contribuições previdenciárias; e ii) o incremento sazonal das transferências a terceiros no mês de janeiro, devido ao impacto das contribuições sobre as gratificações natalinas com respeito ao valor dos repasses devidos a terceiras entidades (FNDE, Sesi, Senai, Sesc e outros). Em relação a janeiro de 2008, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 824,9 milhões (7,4%). Isso se explica, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada em dezembro de 2008 foi 21,2% superior à verificada em dezembro de 2007.

As despesas com benefícios em janeiro de 2009 alcançaram o montante de R\$ 18,4 bilhões, refletindo decréscimo de R\$ 2,9 bilhões (13,5%) com relação ao mês anterior. Isso é decorrente de efeito sazonal, uma vez que em dezembro de 2008 a Previdência pagou a segunda metade do abono anual equivalente à gratificação de Natal à maioria de seus segurados. Em relação a janeiro de 2008, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 2,1 bilhões (12,7%), explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 49,37 (8,8%) no valor médio dos be-

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JANEIRO (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	11.206,9	12.031,8	7,4%
Benefícios	16.295,8	18.369,5	12,7%
Res. Primário	-5.088,9	-6.337,7	24,5%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,1	22,8	3,3%
Valor médio RGPS**	559,9	609,3	8,8%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

nefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 720,2 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) incremento de R\$ 616,3 milhões (25,3%) no valor dos precatórios judiciais pagos em janeiro de 2009, comparativamente a janeiro de 2008.

No estoque de benefícios de janeiro de 2009, comparado ao de janeiro de 2008, destacam-se os aumentos de 325,9 mil aposentadorias (2,3%) e de 101,4 mil pensões por morte (1,6%), bem como a redução de 82,6 mil benefícios de auxílio-doença (6,1%).

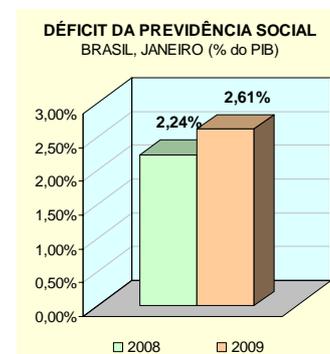
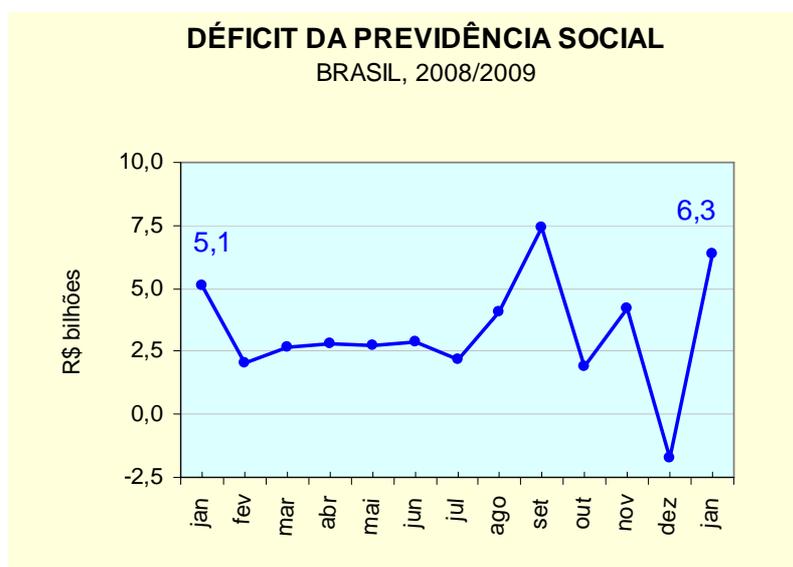
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

Em mil benefícios

	DEZ		JAN	
	2008	2009	2008	2009
Benefícios do RGPS	22.776	22.784	22.435	22.784
Previdenciários	21.973	21.984	21.649	21.984
Aposentadorias	14.453	14.502	14.179	14.502
Idade	7.500	7.526	7.340	7.526
Invalidez	2.835	2.842	2.803	2.842
Tempo de contribuição	4.118	4.135	4.036	4.135
Pensão por morte	6.275	6.287	6.185	6.287
Auxílio-Doença	1.145	1.096	1.191	1.096
Salário - maternidade	55	54	51	54
Outros	45	46	43	46
Acidentários	804	800	785	800
Aposentadorias	153	154	151	154
Pensão por morte	128	128	128	128
Auxílio - doença	171	166	153	166
Auxílio - acidente	273	273	272	273
Auxílio - suplementar	79	79	81	79

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JANEIRO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	4,93%	4,96%
Benefícios	7,16%	7,58%
Res. Primário	-2,24%	-2,61%



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em janeiro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 841,0 bilhões ou 28,2 % do PIB.



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN totalizou R\$ 841,0 bilhões em janeiro, perfazendo o equivalente a 28,2% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, verificou-se crescimento de R\$ 9,5 bilhões em termos nominais, correspondente a 0,4 ponto percentual do PIB, reflexo da diminuição de R\$ 89,9 bilhões nos haveres do Tesouro Nacional, compensada em grande parte pela redução de R\$ 79,0 bilhões no estoque da dívida interna e de R\$ 1,4 bilhão na dívida externa.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	2008		2009
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	600.252	699.244	710.138
I.1. Dívida Interna	1.566.391	1.764.096	1.685.119
I.2. Haveres Internos	966.139	1.064.853	974.981
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	107.101	132.187	130.837
II.1. Dívida Externa	107.380	132.512	131.144
II.2. Haveres Externos	278	325	307
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	707.354	831.431	840.975
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹¹	25,6%	27,8%	28,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB aumentou 2,6 pontos percentuais, passando de 25,6% em janeiro de 2008 para 28,2% em janeiro de 2009. Em termos nominais, o crescimento foi de R\$ 133,6 bilhões no mesmo período, decorrente dos aumentos de R\$ 109,9 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida e de R\$ 23,7 bilhões no saldo da Dívida Externa Líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 710,1 bilhões, equivalente a 23,8% do PIB. Em comparação ao mês anterior, observou-se aumento de R\$ 10,9 bilhões em termos nominais e 0,3 p.p. do PIB. Comparativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional tomada em proporção do PIB cresceu 2,1 p.p., passando de 21,8% em janeiro de 2008 para 23,8% em janeiro de 2009.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008		2009
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA INTERNA	1.566.391	1.764.096	1.685.119
I.1. Dívida Mobiliária	1.543.864	1.741.680	1.662.785
DPMFi em Poder do Público ¹	1.203.962	1.264.823	1.221.097
DPMFi em Poder do Banco Central	354.251	494.311	462.366
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(14.349)	(17.454)	(20.679)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.528	22.416	22.334
II. HAVERES INTERNOS	966.139	1.064.853	974.981
II.1. Disponibilidades Internas	247.912	255.437	166.265
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	417.172	451.960	451.047
II.3. Haveres da Administração Indireta	193.139	210.225	205.629
II.4. Haveres Administrados pela STN	107.917	147.230	152.040
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	600.252	699.244	710.138
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,8%	23,5%	23,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

Em janeiro, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 710,1 bilhões, equivalentes a 23,8% do PIB.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, principal componente da dívida interna, apresentou redução, em relação ao mês de dezembro de 2008, de R\$ 78,9 bilhões em termos nominais e de 2,9 pontos percentuais em proporção do PIB. Em comparação ao mês de janeiro de 2008, houve aumento de R\$ 118,9 bilhões em termos nominais, mas decréscimo de 55,9% para 55,7% em relação ao PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, a diminuição foi de R\$ 43,7 bilhões, em decorrência do resgate líquido de R\$ 54,8 bilhões, contra apropriação positiva de juros de R\$ 11,1 bilhões. Foram R\$ 91,2 bilhões de resgates e R\$ 36,3 bilhões de emissões. Na carteira do Banco Central, a redução foi de R\$ 31,9 bilhões, resultado do resgate de R\$ 36,6 bilhões contra apropriação de R\$ 4,7 bilhões de juros.

Em relação à dívida em poder do público, as variações mais expressivas ocorreram nos estoques de LTN, cujo resgate líquido alcançou R\$ 62,6 bilhões e apropriação de juros de R\$ 1,6 bilhão; nos estoques de LFT, relativamente à emissão líquida de R\$ 12,7 bilhões e juros de R\$ 4,8 bilhões; e também nos estoques de NTN-F, considerados resgate líquido de R\$ 5,4 bilhões e apropriação de juros de R\$ 1,6 bilhão.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008/2009			
Título	R\$ bilhões		
	2008		2009
	JAN	DEZ	JAN
Em Poder do Público	1.204	1.265	1.221
LFT	419	453	471
LTN	294	239	178
NTN-B	250	299	305
NTN-C	65	59	58
NTN-F	126	168	164
Demais ¹	50	47	46
Aplic. em Tit. Púb.	-14	-17	-21
Na carteira do BCB	354	494	462
Total	1.544	1.742	1.663
% PIB	55,95%	58,33%	55,74%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, JAN/2009

Título	Saldo Dez/08	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Jan/09
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.264,8	36,3	-91,2	11,1	1.221,1
LFT	453,1	14,0	-1,2	4,8	470,6
LTN	239,1	14,4	-77,0	1,6	178,1
NTN-B	298,9	4,6	-1,8	2,8	304,5
NTN-C	59,1	0,0	-1,8	0,2	57,5
NTN-F	168,0	2,9	-8,3	1,6	164,3
Demais ¹⁴	46,5	0,4	-1,1	0,1	46,0
Na carteira do BCB	494,3	0,0	-36,6	4,7	462,4
Total	1.759,1	36,3	-127,8	15,8	1.683,5

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2008/2009

Discriminação	R\$ bilhões		
	2008		2009
	JAN	DEZ	JAN
Lei 9.496/97	289,4	320,3	319,1
MP 2.185/01	44,9	50,1	50,1
Lei 8.727/93	43,3	41,6	41,4
Antecipação de Royalties	14,0	13,1	12,9
Bônus Renegociados	7,5	9,0	8,9
Lei 7.976/89	1,8	1,1	1,1
Demais Haveres	16,3	16,8	17,6
Total	417,2	452,0	451,0
% PIB	15,12%	15,22%	15,12%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
BRASIL, 2008/2009

Entidade	R\$ bilhões		
	2008		2009
	JAN	DEZ	JAN
FAT	127,7	137,0	134,8
Fundos Regionais	39,1	44,9	45,6
Demais	26,4	28,3	25,3
Total	193,1	210,2	205,6

Dívida Externa Líquida

Por sua vez, os Haveres do Tesouro Nacional reduziram-se em R\$ 89,9 bilhões em relação ao mês anterior, ou 3,2 p.p. do PIB. Houve redução de R\$ 89,2 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 4,6 bilhões nos haveres da administração indireta, de R\$ 913,8 milhões nos haveres junto aos governos regionais, contra aumento de R\$ 4,8 bilhões nos haveres administrados pela STN.

No caso dos saldos dos haveres da administração indireta, observou-se redução de R\$ 2,2 bilhões nas disponibilidades do FAT, de R\$ 3,0 bilhões nos saldos dos demais fundos, contra crescimento de R\$ 683,7 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais. Quanto aos haveres junto aos governos regionais, a redução verificada decorreu do efeito negativo da atualização monetária e das amortizações ocorridas no período.

Por seu turno, a variação positiva observada no saldo dos haveres administrados pela STN decorreu da atualização regular dos contratos e, também, da implementação do contrato de financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 5,0 bilhões ao amparo da Lei nº 11.085/2008.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em janeiro de 2009 totalizou R\$ 130,8 bilhões, contra R\$ 132,2 bilhões em dezembro de 2008, redução de R\$ 1,4 bilhão. Em proporção do PIB, passou de 4,5% no mês anterior para 4,4% em janeiro.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008		2009
	JAN	DEZ	JAN
I. DÍVIDA EXTERNA	107.380	132.512	131.144
I.1. Dívida Mobiliária	83.087	100.925	100.031
Euro	11.525	13.359	12.056
Global US\$	60.958	76.433	77.339
Global BRL	10.268	10.763	10.268
Demais	336	369	368
I.2. Dívida Contratual	24.293	31.587	31.113
Organismos Internacionais	20.209	26.514	26.067
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.084	5.073	5.046
II. HAVERES EXTERNOS	278	325	307
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	278	325	307
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	107.101	132.187	130.837
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹¹	3,9%	4,5%	4,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

A Dívida Externa Líquida em janeiro totalizou R\$ 130,8 bilhões, equivalente a 4,4% do PIB. Em relação ao mês anterior houve redução de R\$ 1,4 bilhão em termos nominais e de 0,1 p. p. em relação ao PIB.

Tal comportamento decorreu basicamente da apreciação cambial ocorrida no período, que contribuiu para a redução da dívida expressa em moeda nacional. O impacto dessa variação cambial no mês foi de R\$ 2,2 bilhões. Houve ainda igual montante de emissões e resgates, R\$ 2,4 bilhões, além da apropriação de juros no valor de R\$ 910,0 milhões. Do estoque total, a dívida mobiliária corresponde a 76,3%, somando R\$ 100,0 bilhões, e a dívida contratual totalizou R\$ 31,1 bilhões, o que representa 23,7% do total.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN/2009

Discriminação	Saldo Dez/08	Fatores de Variação ¹¹				Saldo Jan/09
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	Variação Cambial	
		R\$ milhões				
Dívida Mobiliária	100.925	2.354	(2.206)	792	(1.835)	100.031
Global US\$	76.433	2.354	(1.321)	650	(777)	77.339
Euro	13.359	-	(290)	41	(1.054)	12.056
Global BRL	10.763	-	(594)	99	-	10.268
Demais	369	-	-	2	(3)	368
Dívida Contratual	31.587	4	(187)	118	(409)	31.113
Org. Internacionais	26.514	4	(153)	96	(394)	26.067
Bancos Priv./Ag. Gov.	5.073	-	(34)	23	(15)	5.046
Total	132.512	2.358	(2.393)	910	(2.244)	131.144

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimos) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.



Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 23,7 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 107,1 bilhões em janeiro de 2008 para R\$ 130,8 bilhões em janeiro de 2009. Em percentual do PIB o aumento foi de 0,5 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Janeiro 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Jan/2008	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2009
I. RECEITA TOTAL	64.569,1	50.116,0	55.681,6	63.541,4	54.830,1	56.207,5	62.844,4	58.451,1	60.006,9	65.795,2	55.273,6	69.330,2	62.843,4
I.1. Receitas do Tesouro	53.226,3	38.065,6	43.408,4	50.766,5	42.038,1	43.132,7	49.488,4	45.128,5	46.373,6	52.056,0	41.496,7	46.151,5	50.690,2
I.1.1. Receita Bruta	53.477,4	38.286,5	43.743,1	51.098,9	42.367,2	45.114,3	51.018,6	46.932,0	47.818,3	53.869,0	43.743,4	47.252,5	50.866,3
- Impostos	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0	19.388,9	22.117,7	24.081,5	20.755,1	21.690,6	25.660,8	21.126,9	25.110,1	26.486,0
- Contribuições	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8	16.237,5	18.547,3	19.007,8	17.630,0	18.237,2	20.324,5	17.659,0	16.588,0	18.378,6
- Demais ¹	7.017,3	3.937,3	6.610,6	8.502,1	6.740,8	4.449,3	7.929,3	8.546,9	7.890,4	7.883,7	4.957,5	5.554,3	6.001,7
I.1.2. (-) Restituições	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4	-329,1	-1.981,6	-1.530,2	-1.803,5	-1.444,6	-1.813,0	-2.246,7	-1.099,9	-176,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	11.206,9	11.927,5	12.134,0	12.641,6	12.650,0	12.942,8	13.230,2	13.193,2	13.430,0	13.475,7	13.559,2	22.964,2	12.031,8
I.3. Receitas do Banco Central	135,8	122,9	139,2	133,3	141,9	132,0	125,7	129,4	203,3	263,4	217,7	214,6	121,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.217,4	11.350,3	9.891,9	10.442,0	11.894,4	9.442,9	9.265,8	12.080,6	9.530,0	10.182,9	14.261,4	14.515,9	10.457,2
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2	8.993,9	7.782,7	7.109,9	8.617,3	7.625,4	7.281,2	9.120,7	11.592,0	8.888,8
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,7	162,5
II.3. Transferências da Cide	471,6	0,0	0,0	460,4	0,0	0,0	370,7	0,0	0,0	276,2	0,0	0,0	273,9
II.4. Demais	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9	2.738,0	1.497,7	1.622,7	3.300,8	1.742,0	1.813,0	3.545,4	1.594,2	1.132,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	54.351,6	38.765,7	45.789,8	53.099,4	42.935,7	46.764,6	53.578,6	46.370,5	50.477,0	55.612,3	41.012,2	54.814,3	52.386,2
IV. DESPESA TOTAL	38.989,1	33.548,4	35.182,9	36.378,7	37.385,2	38.843,9	46.376,8	40.103,1	44.343,8	40.747,3	45.434,0	60.593,3	48.134,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	12.570,9	9.506,4	9.031,8	9.074,9	9.387,7	10.029,8	13.016,3	9.524,0	9.949,1	10.422,2	12.456,1	15.859,9	16.495,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	16.295,8	13.954,8	14.769,9	15.428,8	15.403,5	15.806,1	15.407,5	17.253,5	20.846,5	15.384,9	17.783,9	21.226,7	18.369,5
IV.3. Custeio e Capital	9.900,3	9.901,5	11.128,2	11.628,6	12.369,7	12.783,3	17.706,0	13.088,6	13.130,3	14.517,4	14.819,7	23.087,8	13.070,9
IV.3.1. Despesa do FAT	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0	1.450,2	1.231,5	3.342,4	2.651,4	1.911,4	2.297,3	1.581,0	1.708,8	1.465,5
- Abono e Seguro Desemprego	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1	1.416,6	1.197,0	3.286,2	2.610,2	1.866,8	2.221,1	1.513,1	1.590,0	1.424,3
- Demais Despesas do FAT	66,5	19,6	29,1	26,9	33,5	34,5	56,2	41,2	44,7	76,2	67,9	118,8	41,2
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	436,0	173,3	483,3	555,6	326,5	521,3	1.299,0	-1.304,3	410,0	836,5	1.064,4	1.204,3	801,8
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	231,2	115,8	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	240,6	737,2	687,7	872,8	684,0
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	204,7	57,5	228,9	239,3	212,2	263,8	173,5	343,2	169,4	99,3	376,7	331,5	117,8
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1	1.334,0	1.498,9	1.344,7	1.351,8	1.366,8	1.375,4	1.378,4	1.392,1	1.386,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.162,5	7.153,4	8.180,3	8.568,0	9.259,0	9.531,6	11.719,9	10.389,6	9.442,0	10.008,1	10.796,0	18.782,6	9.417,2
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	23,5	68,2	81,9	74,0	63,3	72,3	68,1	68,2	74,6	196,6	106,0	145,9	54,2
IV.5. Despesas do Banco Central	198,6	117,5	171,1	172,3	161,0	152,4	178,9	168,8	343,2	226,3	268,3	273,0	145,0
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁵	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd	14.244,00	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	15.362,5	5.217,3	10.606,9	16.720,7	5.550,5	7.920,7	7.201,8	6.267,5	6.133,2	14.865,0	-4.421,8	-20.023,00	4.251,5
VI.1. Tesouro Nacional	20.514,2	7.239,2	13.274,6	19.546,9	8.323,0	10.804,4	9.432,3	10.367,2	13.689,6	16.737,0	-146,5	-21.702,1	10.612,9
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁶	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2	-2.753,5	-2.863,3	-2.177,3	-4.060,3	-7.416,5	-1.909,2	-4.224,7	1.737,5	-6.337,7
VI.3. Banco Central ⁷	-62,7	5,4	-31,8	-39,0	-19,1	-20,4	-53,2	-39,4	-139,9	37,2	-50,6	-58,4	-23,6
VII. AJUSTE METODOLÓGICO⁸	148,4	143,2	146,3	141,1	138,5	134,4	131,3	70,5	100,5	74,9	0,0	0,0	194,6
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.194,4	-1.272,3	286,1	-1,2	-772,6	-988,0	441,0	915,0	-1.060,2	-474,4	1.139,1	-729,4	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)⁹	16.705,3	4.088,2	11.039,3	16.860,6	4.916,4	7.067,1	7.774,1	7.253,0	5.173,5	14.465,6	-3.282,7	-20.752,4	nd
X. JUROS NOMINAIS⁹	-6.469,2	-10.407,0	-7.795,2	-10.473,1	-10.396,8	-8.214,8	-9.882,8	-5.727,4	-4.160,2	-3.478,8	-4.884,7	0,0	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)⁹	10.236,2	-6.318,8	3.244,1	6.387,5	-5.480,3	-1.147,7	-2.108,7	1.525,6	1.013,2	10.986,7	-8.167,5	-20.752,4	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	597,6	766,9	639,1	594,1	685,6	672,8	760,5	691,4	653,3	893,7	1.343,9	1.142,4	850,0
RMV ⁴	151,5	151,9	156,3	161,1	161,7	177,4	105,2	155,1	153,7	152,5	151,3	271,1	149,0

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁶ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁷ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁸ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jan/2008	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	46.651,1	59.324,0	54.872,4	58.862,3	60.782,1	57.723,1	59.325,6	65.917,3	59.770,2	61.998,8	66.575,9	80.010,6	48.020,0
I.1 - Recolhimento Bruto	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1	44.534,4	41.049,4	42.385,8	49.466,0	42.291,3	44.535,3	49.654,8	52.163,7	32.124,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.593,3	1.588,4	1.659,5	1.577,0	1.216,3	1.963,7	1.753,6	1.175,8	2.136,9	1.576,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	313,0	87,6	187,4	142,2	141,9	127,4	134,7	248,4	180,3	299,2	102,8	326,0	145,3
I.5 - Receita do Salário Educação	1.256,7	720,9	727,7	746,9	735,8	755,4	794,3	777,3	816,8	810,6	807,0	826,7	1.419,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8	13.781,5	14.131,4	14.433,8	14.209,3	14.518,2	14.600,1	14.835,4	24.557,4	12.754,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	67.612,9	47.441,1	51.389,8	53.213,8	56.291,7	60.641,5	64.255,8	49.005,2	54.756,8	48.764,0	67.037,4	61.135,6	73.718,4
II.1 - Liberações Vinculadas	13.810,2	13.733,2	10.994,6	12.436,4	13.907,4	11.332,5	11.274,5	14.217,2	11.648,5	12.292,7	16.506,4	15.469,4	8.392,8
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5	9.585,5	8.292,8	7.572,0	9.181,7	8.122,5	7.754,2	9.720,2	12.222,9	5.069,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7	1.894,5	661,4	1.129,6	2.434,1	848,1	1.178,1	2.636,2	671,8	780,7
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	15,2	0,0	488,4	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	1.595,3	1.329,8	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7	2.265,0	2.215,8	2.410,4	2.438,9	2.515,5	2.547,9	2.554,7	1.244,9	2.380,7
II.2 - Liberações Ordinárias	53.802,7	33.707,8	40.395,2	40.777,4	42.384,2	49.309,0	52.981,3	34.788,0	43.108,3	36.471,2	50.531,0	45.666,2	65.325,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.619,9	10.454,1	9.735,0	10.097,9	10.844,5	13.571,2	10.926,4	10.536,1	11.035,2	11.537,6	17.444,8	14.171,8	17.563,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	887,0	610,5	660,0	1.615,2	1.624,5	636,3	3.254,8	1.434,0	45,0	0,8	81,2	493,5	2.565,4
i) Dívida Contratual Interna	73,3	103,2	103,9	112,7	96,0	104,0	96,3	101,0	102,5	101,8	62,1	72,1	52,0
ii) Dívida Contratual Externa	813,6	507,2	556,2	1.502,6	1.528,5	532,3	3.158,5	1.333,1	-57,5	-100,9	19,2	421,5	2.513,4
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6	6.501,4	6.852,7	11.019,1	2.761,5	4.387,0	2.152,2	6.041,4	5.387,0	16.229,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0	14.903,9	18.397,7	18.233,1	12.160,9	18.904,3	12.765,2	16.377,2	10.909,6	22.060,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.172,7	6.004,6	7.868,6	8.692,4	8.246,5	9.677,6	9.240,9	7.740,9	8.548,5	9.525,9	10.328,3	14.293,5	6.304,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	489,3	180,3	335,8	419,3	263,4	173,6	307,1	154,5	188,2	489,6	258,1	410,8	602,4
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-20.961,8	11.882,9	3.482,7	5.648,6	4.490,5	-2.918,4	-4.930,3	16.912,2	5.013,4	13.234,8	-461,5	18.875,0	-25.698,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	24.067,3	34.613,8	21.769,9	23.645,7	18.621,8	38.064,0	21.375,8	19.965,2	8.888,4	10.107,0	13.618,9	68.171,1	31.768,6
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2	17.342,4	36.991,6	20.699,5	19.202,7	7.777,9	9.243,1	12.867,2	66.843,8	30.903,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	733,3	1.513,2	893,4	1.569,6	1.279,4	1.072,4	676,3	762,5	1.110,5	863,9	751,7	1.327,3	864,7
V. DESPESAS	44.541,4	1.345,8	22.404,9	59.805,9	2.041,4	20.603,6	65.622,6	3.966,6	18.412,7	26.669,0	2.555,5	21.618,0	74.620,5
V.1 - Amortização da Dívida Interna	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3	1.367,6	20.347,7	64.595,9	3.220,7	18.278,5	26.556,3	2.466,0	21.462,8	72.765,0
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4	1.220,6	20.195,3	64.450,9	3.068,5	18.126,1	26.385,2	2.273,6	21.277,0	72.670,4
V.1.2 - Dívida Contratual	98,5	144,3	138,1	146,8	147,0	152,4	145,0	152,1	152,5	171,1	192,4	185,8	94,6
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6	673,8	255,8	1.026,7	745,9	134,2	112,8	89,4	155,1	1.855,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-19.647,4	32.715,7	8,0	-37.577,3	16.121,8	16.796,2	-43.751,3	16.134,2	-10.348,2	-17.142,1	10.593,6	45.566,8	-41.766,5
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-47.632,1	49.060,1	9.080,4	-32.491,9	24.824,2	40.786,6	-75.875,7	35.733,8	1.085,4	-2.215,0	11.084,8	97.420,6	-104.340,4

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jan/2008	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	31.528,5	4.709,1	6.232,6	14.519,7	5.753,4	26.244,5	2.301,3	4.022,9	5.596,3	17.412,2	2.682,9	31.992,5	1.709,9
I.1. Emissão de Títulos	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8	3.265,8	23.126,4	0,0	1.496,8	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0	2.360,7	2.979,1	2.191,3	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	136,8	140,5	141,3	123,9	126,8	139,1	110,1	213,8	183,8	157,9	281,1	248,3	130,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	37.724,6	800,0	0,0	16.500,0	2.000,0	0,0	29.000,0	1.200,0	0,0	16.300,0	2.200,0	0,0	37.500,0
II.1. Resgate de Títulos	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0	0,0	0,0	23.500,0	693,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0
II.2. Encargos da DPMF	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0	2.000,0	0,0	5.500,0	506,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.500,0
III. RESULTADO (I - II)	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3	3.753,4	26.244,5	-26.698,7	2.822,9	5.596,3	1.112,2	482,9	31.992,5	-35.790,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Jan/2008	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	47,0	44,6	38,5	39,9	1,6	1,0	46,0	1,0	29,9	133,3	60,3	3,1	105,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	19,5	0,4	0,9	2,7	0,9	0,5	2,8	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	15,9
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	54,8	39,3	125,2	196,6	61,5	-36,9	59,0	-5,8	-16,1	-22,1	206,1	125,1	249,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,2	1,1	1,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	3,5	0,1	2,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3	-78,5	-56,9	-0,1	-30,8	-36,2	-62,4	132,4	76,0	140,7
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	120,0	70,0	125,0	197,5	140,0	20,0	59,0	25,0	20,0	40,3	70,2	49,0	106,5
IV. PRONAF	224,2	34,0	61,2	47,9	20,4	49,1	85,6	-2,1	18,8	189,6	25,9	140,5	222,8
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	216,4	41,4	39,9	51,0	14,8	7,6	74,0	12,7	13,2	102,3	42,1	9,9	191,3
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	7,9	-7,4	21,3	-3,2	5,6	41,5	11,5	-14,8	5,6	87,3	-16,2	130,5	31,4
V. PROEX	-132,9	-10,5	55,4	42,7	66,3	-12,9	51,5	-27,9	44,6	32,2	58,5	-50,5	89,9
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	11,3	82,2	37,3	14,6	0,9	34,9	26,6	25,9	47,2	25,3	0,8	88,9
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-132,9	-21,8	-26,8	5,4	51,7	-13,8	16,6	-54,6	18,7	-15,1	33,1	-51,3	1,1
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	14,0	54,4	4,5	15,3	7,5	91,1	57,5	8,6	2,1	1,1	32,3	187,4	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	135,4	146,6	0,0	0,0	1,4	0,0	48,7	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	50,6	23,6	22,1	20,0	24,8	76,9	89,7	48,9	119,5	115,7	138,1	233,0	-3,3
XI. FUNCAFÉ	4,1	0,0	1,7	0,8	1,0	7,5	0,6	0,3	1,6	0,9	1,4	3,7	20,7
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-50,2	-70,0	-55,1	-49,6	-69,7	-54,2	586,5	-1.670,8	-9,7	107,3	-30,9	-19,5	-16,9
XIII. TOTAL	231,2	115,8	254,4	316,3	114,3	257,5	1.125,6	-1.647,4	190,6	559,6	491,8	671,6	684,0

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2008	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2009
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	600.252,2	602.298,4	601.469,9	592.388,5	594.780,9	622.143,9	625.730,9	625.853,6	624.506,8	614.743,6	618.211,8	699.243,7	710.137,7
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5
DPMFi em Poder do Público ¹¹	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0
DPMFi em Poder do Banco Central	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5
Demais Obrigações Internas	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8
I.2. HAVERES INTERNOS	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.852,8	974.980,9
Disponibilidades Internas	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.265,5
Haveres junto aos Governos Regionais	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	451.046,6
Haveres da Administração Indireta	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0	205.628,5
Haveres Administrados pela STN	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	107.101,5	102.933,6	105.949,9	99.312,1	97.301,5	95.817,2	93.260,1	96.053,5	110.044,8	118.724,4	129.555,8	132.187,0	130.836,8
II.1. DÍVIDA EXTERNA	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7
Dívida Mobiliária	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7
Dívida Contratual	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0
II.2. HAVERES EXTERNOS	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	707.353,7	705.232,0	707.419,8	691.700,6	692.082,5	717.961,0	718.991,0	721.907,1	734.551,6	733.468,0	747.767,6	831.430,7	840.974,5
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	25,6%	25,4%	25,3%	24,3%	23,9%	24,4%	24,3%	24,4%	24,6%	24,4%	25,0%	28,0%	28,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

¹² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2008	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2009
I. DÍVIDA INTERNA	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6	1.612.341,6	1.675.479,3	1.607.106,6	1.630.174,4	1.635.168,2	1.640.490,7	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8	1.239.608,0	1.247.289,8	1.204.404,8	1.223.194,9	1.224.735,1	1.226.272,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0
LFT	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2	439.055,9	429.755,1	443.454,3	451.294,9	437.680,8	444.700,2	455.979,6	453.131,4	470.624,3
LTN	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0	282.701,9	287.882,0	226.629,7	232.314,2	238.952,8	223.739,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5
NTN-B	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5	269.988,9	276.941,7	283.994,5	285.561,7	289.519,7	293.054,3	290.260,5	298.888,3	304.538,4
NTN-C	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0	56.087,9	57.654,0	57.396,2	57.181,0	57.578,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5
NTN-F	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2	142.544,8	145.770,1	145.323,2	152.325,3	158.098,4	162.572,9	164.189,2	168.021,5	164.264,0
Dívida Securitizada	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6	20.511,7	20.610,2	19.793,0	16.295,2	13.236,6	13.399,9	13.912,7	15.089,3	14.959,9
Demais Títulos em Poder do Público	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3	28.716,9	28.676,7	27.813,9	28.222,6	29.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,9	31.029,3
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0	367.344,7	423.664,7	398.581,9	402.357,0	406.314,7	410.149,2	412.005,8	494.310,9	462.366,3
LFT	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9	102.912,6	121.691,7	122.995,2	125.749,3	127.136,1	139.587,9	141.013,3	187.345,5	189.309,2
LTN	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5	138.801,0	150.946,6	125.443,1	126.635,6	127.866,9	116.891,7	117.971,9	131.148,6	98.927,1
Demais Títulos na Carteira do BCB	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6	125.631,1	151.026,4	150.143,6	149.972,1	151.311,7	153.669,6	153.020,6	175.816,8	174.130,0
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2	-16.988,4	-17.892,0	-18.373,8	-17.941,2	-18.360,0	-18.359,0	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9	22.377,3	22.416,8	22.493,7	22.563,6	22.478,4	22.428,4	22.468,4	22.416,0	22.333,8
II. DÍVIDA EXTERNA	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6	97.575,7	96.112,1	93.514,9	96.320,8	110.364,4	119.084,6	129.984,2	132.512,2	131.143,7
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0	75.136,7	74.144,6	71.923,9	74.022,9	84.596,8	90.883,2	99.035,5	100.924,9	100.030,7
Euro	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6	10.251,9	10.103,7	9.925,1	9.812,4	10.869,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8
Global US\$	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8	53.938,7	53.000,9	51.456,9	53.556,5	62.963,4	69.042,0	75.871,7	76.433,3	77.339,1
Global BRL	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9
Demais Títulos Externos	335,7	322,5	299,8	290,6	282,1	276,9	273,9	287,1	298,1	331,0	366,9	369,3	367,8
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6	22.439,0	21.967,6	21.591,1	22.297,9	25.767,5	28.201,5	30.948,7	31.587,4	31.113,0
Organismos Multilaterais	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2	18.956,1	18.461,6	18.141,4	18.719,6	21.565,9	23.666,4	25.864,6	26.514,2	26.066,7
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4	3.482,9	3.505,9	3.449,7	3.578,3	4.201,6	4.535,1	5.084,1	5.073,2	5.046,3
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.673.771,3	1.708.923,2	1.725.624,3	1.686.297,2	1.709.917,2	1.771.591,5	1.700.621,5	1.726.495,1	1.745.532,5	1.759.575,4	1.790.257,9	1.896.608,7	1.816.262,2
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	60,7%	61,5%	61,6%	59,3%	59,0%	60,2%	57,5%	58,4%	58,6%	58,6%	59,8%	63,9%	60,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2008	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2009
I. HAVERES INTERNOS	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	994.299,1	1.017.560,6	1.053.335,5	981.375,7	1.004.320,8	1.010.661,3	1.025.747,1	1.042.061,9	1.064.852,8	974.980,9
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.216,2	276.783,1	301.565,4	222.228,1	237.701,5	232.999,0	233.664,4	236.939,8	255.437,2	166.265,5
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0	425.835,1	432.146,2	439.178,9	444.230,9	443.603,9	446.713,7	452.542,1	451.960,3	451.046,6
Bônus Renegociados	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1	6.671,3	6.487,0	6.351,6	6.618,2	7.757,4	8.171,8	9.012,7	9.019,1	8.864,6
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4	2.975,0	2.951,5	2.930,9	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,8
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4	10.572,3	10.748,1	10.927,7	11.026,2	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.096,0	11.071,2
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9	1.573,5	1.257,6	1.226,0	1.239,0	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.068,2
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2	42.587,5	42.464,0	42.372,9	42.276,3	42.050,3	41.873,0	41.761,1	41.562,9	41.366,3
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2	299.413,5	305.084,1	311.026,1	314.951,9	313.672,6	316.152,6	320.177,9	320.256,3	319.145,6
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0	46.633,4	47.570,7	48.587,9	49.380,0	49.143,2	49.399,1	50.201,2	50.141,2	50.076,5
Antecipação de Royalties	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1	12.645,7	12.833,4	13.015,1	13.077,3	12.955,3	12.995,3	13.110,1	13.079,5	12.943,0
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7	2.763,0	2.749,8	2.740,5	2.753,1	2.791,5	2.824,5	2.872,6	2.879,5	3.710,4
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	193.138,5	193.691,4	195.088,2	196.407,1	196.960,4	198.780,3	198.694,2	199.495,2	201.410,8	203.994,2	206.317,9	210.225,0	205.628,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7	130.270,5	130.822,2	129.479,8	130.746,2	132.044,7	133.553,8	134.930,6	136.995,3	134.762,1
Fundos Constitucionais Regionais	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.740,6	41.341,8	41.789,2	42.346,9	42.781,2	43.323,7	43.940,2	44.385,5	44.909,7	45.593,4
Fundos Diversos	26.377,5	26.338,6	26.250,3	26.447,8	25.348,0	26.168,9	26.867,5	25.967,8	26.042,4	26.500,3	27.001,8	28.320,0	25.273,0
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8	117.982,1	120.843,6	121.274,5	122.893,2	132.647,6	141.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2	5.536,8	5.540,2	5.542,0	5.545,1	5.544,8	5.551,3	5.554,0	5.556,7	5.559,0
Haveres de Operações Estruturadas	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1	43.860,1	44.103,4	44.310,9	44.923,5	46.655,0	48.138,5	49.751,7	50.075,7	50.004,3
Haveres Originários de Privatizações	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3	7.072,7	7.074,2	7.077,4	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9
Haveres de Legislação Específica	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4	35.103,2	37.798,8	38.078,5	38.880,5	45.973,0	52.746,0	55.090,1	55.368,0	60.155,2
Demais Haveres Administrados pela STN	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7	26.409,2	26.327,0	26.265,6	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.796,6	28.892,9
II. HAVERES EXTERNOS	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	278,4	278,9	295,5	297,5	274,1	295,0	254,8	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	306,8
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	966.417,6	1.003.691,2	1.018.204,6	994.596,6	1.017.834,8	1.053.630,4	981.630,5	1.004.588,1	1.010.980,9	1.026.107,4	1.042.490,3	1.065.178,0	975.287,7
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	35,0%	36,1%	36,4%	35,0%	35,1%	35,8%	33,2%	34,0%	33,9%	34,2%	34,8%	35,9%	32,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

\1 PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JANEIRO 2009/2008 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano ²	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ³	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	-	-	-	678,9	678,9	279.229,7	17.470,0	-	-	1.026,6	1.026,6
Senado Federal	75.801,6	-	-	-	352,0	352,0	47.287,9	5.350,5	2,0	2,0	308,6	310,7
Tribunal de Contas da União	61.538,6	-	-	-	5.960,7	5.960,7	44.069,8	79,8	-	-	3.789,7	3.789,7
Supremo Tribunal Federal	70.468,6	-	-	-	5.900,7	5.900,7	79.888,4	571,4	-	-	656,9	656,9
Superior Tribunal de Justiça	15.409,6	-	-	-	504,9	504,9	14.385,0	548,0	-	-	2.778,8	2.778,8
Justiça Federal ⁴	258.441,5	267.677,3	171.741,9	171.741,9	10.678,6	182.420,6	284.901,7	272.935,9	232.781,3	232.771,6	12.535,8	245.307,4
Justiça Militar	7.439,7	-	-	-	288,9	288,9	10.665,7	26,2	0,2	0,2	246,9	247,1
Justiça Eleitoral	277.400,0	-	-	-	12.669,9	12.669,9	165.001,3	2.106,2	5,3	1,2	9.087,2	9.088,3
Justiça do Trabalho	180.570,6	-	-	-	10.295,0	10.295,0	230.819,1	37.836,5	11,1	6,4	7.382,9	7.389,3
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	32.596,9	-	-	-	4.525,9	4.525,9	65.146,0	1.550,9	4,4	-	2.425,1	2.425,1
Presidência da República ⁵	1.329.974,6	-	-	-	14.382,8	14.382,8	1.720.122,0	43.579,4	12,6	12,1	20.244,6	20.256,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	52.391,4	-	-	-	1.983,1	1.983,1	407.330,6	1.425,3	-	-	358,9	358,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	761.480,4	-	-	-	12.606,2	12.606,2	1.172.208,0	6.771,7	307,3	304,2	41.049,7	41.353,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.138.170,3	-	-	-	23.625,0	23.625,0	1.469.941,5	20.981,5	9.948,7	2.351,9	61.488,5	63.840,4
Ministério da Fazenda	489.769,1	4.985,7	-	-	6.737,6	6.737,6	532.204,2	5.212,8	6,5	6,5	5.793,5	5.799,9
Ministério da Educação	2.857.114,1	-	-	-	198.186,3	198.186,3	4.968.782,1	141.893,1	1.372,6	757,9	104.611,6	105.369,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.374,7	-	-	-	11.512,8	11.512,8	172.473,3	302,5	232,0	232,0	1.123,3	1.355,2
Ministério da Justiça	1.273.424,7	-	-	-	11.799,2	11.799,2	913.695,7	825,0	425,2	425,2	33.400,8	33.825,9
Ministério de Minas e Energia	64.891,2	-	-	-	1.351,2	1.351,2	76.172,6	3.790,8	0,1	0,1	1.847,0	1.847,1
Ministério da Previdência Social	139.623,2	-	-	-	3.839,3	3.839,3	238.028,1	78,4	-	-	4.388,0	4.388,0
Ministério Público da União	172.634,8	-	-	-	16.680,7	16.680,7	149.092,1	9.706,2	-	-	5.277,1	5.277,1
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	-	-	-	4,9	4,9	122.416,0	645,6	102,8	102,8	153,5	256,3
Ministério da Saúde	3.365.689,1	-	-	-	80.340,1	80.340,1	3.641.576,2	5.673,0	371,4	364,1	73.365,1	73.729,2
Ministério do Trabalho e Emprego	121.015,0	-	-	-	691,4	691,4	82.768,4	2,1	-	-	1.105,6	1.105,6
Ministério dos Transportes	9.432.409,0	-	-	-	196.776,4	196.776,4	9.741.574,3	96.795,3	5,4	-	382.768,0	382.768,0
Ministério das Comunicações	50.715,5	-	-	-	3.241,6	3.241,6	99.929,8	3,1	1,7	1,7	14.728,4	14.730,1
Ministério da Cultura	247.756,1	-	-	-	3.339,4	3.339,4	228.897,1	244,8	-	-	4.908,1	4.908,1
Ministério do Meio Ambiente	167.158,7	-	-	-	2.741,1	2.741,1	180.638,0	36,1	-	-	2.182,6	2.182,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.882.839,7	0,1	-	-	96.926,4	96.926,4	2.226.337,7	458.199,2	0,2	0,2	26.028,1	26.028,2
Ministério do Esporte	898.338,3	-	-	-	24.330,9	24.330,9	1.006.549,9	-	-	-	12.561,7	12.561,7
Ministério da Defesa	4.249.086,7	-	-	-	147.421,0	147.421,0	4.441.637,3	48.907,1	7.921,4	7.898,8	172.980,2	180.879,1
Ministério da Integração Nacional	4.344.541,1	2.510,0	-	-	56.433,6	56.433,6	5.144.723,9	1.894,2	28,8	21,3	39.264,3	39.285,5
Ministério do Turismo	2.024.258,3	9.379,5	-	-	238,0	238,0	2.150.741,3	8,0	-	-	25.954,9	25.954,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	177.913,7	-	-	-	2.000,9	2.000,9	255.925,5	40.006,9	-	-	31.717,2	31.717,2
Ministério das Cidades	5.414.548,8	-	-	-	121.467,6	121.467,6	8.884.404,2	59.699,1	0,2	0,2	141.009,6	141.009,8
TOTAL	42.234.772,7	284.552,5	171.741,9	171.741,9	1.090.512,8	1.262.254,7	51.249.564,4	1.285.156,6	253.541,1	245.260,3	1.248.548,9	1.493.809,2

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Considerou-se a dotação autorizada na Lei Orçamentária Anual, nº 11.647, sancionada em 24/3/2008.

³ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

⁴ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁵ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIV - nº 1 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

JANEIRO / 2009

Comentários

Em Janeiro de 2009, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de - 29,1%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, considerando nesse cálculo o pagamento em dezembro de 2008 da parcela do 1% adicional ao FPM instituída pela Emenda Constitucional 55/2007. Não considerando esse fator a redução foi de - 8,8%, sendo relevante ressaltar ainda o aumento do desconto para o FUNDEB de 18,33% em 2008 para 20% em 2009.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.895.390,8 (mil), ante R\$ 9.724.776,9 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007	2008	2008	2009	Variação Nominal	
	Dezembro*	Janeiro	Dezembro*	Janeiro	Jan/2009	Jan/2009
					Dez/2008	Jan/2008
FPM	4.330.537,5	3.432.358,3	6.031.962,9	3.526.052,2	-41,5%	2,7%
FPE	3.721.102,6	3.279.808,9	3.692.814,1	3.369.338,6	-8,8%	2,7%
IPI-Exp	285.015,3	215.329,2	139.688,3	215.688,2	54,4%	0,2%

Observações: Os valores já estão deduzidos do FUNDEB - 20% em 2009 e 18,33% em 2008;
No FPM de dezembro de 2007 e de 2008 está incluída a parcela referente à Emenda Constitucional 55/2007 (1%).

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JANEIRO	- 8,0 %	- 8,8%	- 8,0 % *	- 8,8 % *	+ 87,0 %	+ 54,4 %

* Obs.: sem considerar o pagamento no FPM referente à emenda Constitucional 55/2007 em dezembro/2008

Estimativa Trimestral

FUNDOS	FEV/JAN	MAR/FEV	ABR/MAR
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 0,5 %	- 4,0 %	+ 9,0 %
IPI - EXP	- 3,0 %	- 7,0 %	+ 29,0 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2008 a 20/01/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
DEZ/3º DEC	1.981.223	7.239.993	9.221.216	JAN/1º DEC	1.586.049	1.659.819	158.498	3.404.366
JAN/1º DEC	369.661	3.378.339	3.747.999	JAN/2º DEC	644.656	674.640	29.573	1.348.869
JAN/2º DEC	345.219	6.274.744	6.619.963	JAN/3º DEC	1.138.634	1.191.593	27.618	2.357.844
TOTAL	2.696.103	16.893.075	19.589.178	TOTAL	3.369.339	3.526.052	215.688	7.111.079

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	18.406,8	115.265,1	30,8
ALAGOAS	AL	83.574,1	140.167,9	638,1
AMAZONAS	AM	49.484,5	94.018,0	2.597,2
AMAPÁ	AP	12.325,3	114.961,8	202,4
BAHIA	BA	320.746,0	316.589,8	14.480,3
CEARÁ	CE	183.448,9	247.205,0	1.913,2
DISTRITO FEDERAL	DF	5.774,7	23.255,2	214,0
ESPÍRITO SANTO	ES	60.665,3	50.540,1	8.847,2
GOIÁS	GO	127.747,4	95.793,7	3.417,9
MARANHÃO	MA	146.669,9	243.205,6	2.227,8
MINAS GERAIS	MG	462.280,8	150.087,2	25.936,9
MATO GROSSO DO SUL	MS	53.555,3	44.879,6	1.447,1
MATO GROSSO	MT	65.029,4	77.761,0	2.542,3
PARÁ	PA	128.219,7	205.934,0	10.015,2
PARAÍBA	PB	113.656,3	161.354,3	454,3
PERNAMBUCO	PE	175.455,9	232.491,1	1.325,0
PIAUI	PI	89.506,6	145.602,6	62,5
PARANÁ	PR	241.058,1	97.144,8	20.687,4
RIO DE JANEIRO	RJ	103.800,1	51.473,4	34.119,2
RIO GRANDE DO NORTE	RN	87.245,2	140.767,6	361,2
RONDÔNIA	RO	31.978,7	94.867,1	674,5
RORAIMA	RR	22.142,3	83.583,2	10,3
RIO GRANDE DO SUL	RS	239.079,4	79.341,2	25.345,4
SANTA CATARINA	SC	136.837,9	43.120,8	14.741,9
SERGIPE	SE	51.107,1	140.006,1	188,3
SÃO PAULO	SP	466.394,4	33.693,4	43.137,6
TOCANTINS	TO	49.862,0	146.229,3	70,5
TOTAL		3.526.052,2	3.369.338,6	215.688,2

Obs.:Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone:(61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
Email:transferencias.stn@fazenda.gov.br